



CNC prevê crescimento 'modesto' do comércio no ano; veja dados de 2023

Pavão recebe homenagem por atuação na Acim

O presidente do Sincomercio Marília, Pedro Pavão, foi um dos homenageados por sua atuação como dirigente na Associação Comercial da cidade durante a solenidade de posse da nova diretoria. Destacou sua atuação e marcou apoio aos novos dirigentes. **Pág.3**

Limite do Simples emperra novas vagas de emprego

Pág. 6

Entrevista: França quer 'pulsar' para microempresas

O ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França defendeu um "pulsar" para o setor. **Pág. 8**

Jurídico explica renegociação com Fazenda Nacional

Pág. 4



A Confederação Nacional do Comércio projeta um avanço modesto nas vendas no varejo neste ano, com um crescimento estimado de 1,1% em comparação com 2023, quando o setor teve aumento de 1,7%. Os dados estão em pesquisa mensal e levantamentos do IBGE sobre o setor. Confira os números da Confederação para o desempenho do setor nos próximos meses. **Pág. 6**

Força política do Comércio nunca foi tão importante

Pág. 2

Comércio move lideranças por apoio a eventos

Manifesto de lideranças com participação do Comércio foi entregue na Câmara dos Deputados para evitar fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos. **Pág. 5**

Marília está em emergência contra dengue; colabore

Pág. 3



Curtas

Imposto

O governo federal anunciou o aumento na faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para dois salários mínimos. O valor vai para R\$ 2.824,00 e corrige impacto dos reajustes no valor do mínimo.

Poupança

O saldo da aplicação na caderneta de poupança voltou a cair com o registro de mais saques do que depósitos em janeiro deste ano. As saídas superaram as entradas em R\$ 20,1 bilhões, de acordo com o Banco Central. No mês passado, foram aplicados R\$ 332,3 bilhões, contra saques de R\$ 352,4 bilhões.

Crescimento

As previsões do mercado financeiro para os principais indicadores econômicos em 2024 ficaram estáveis, de acordo com a edição do Boletim Focus. A pesquisa - realizada com economistas - é divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC). A expectativa para o crescimento da economia permaneceu em 1,6%. Já para 2025, o PIB deve ficar em 2%.

Fala, presidente

Nunca foi tão importante para o comércio mostrar força política, influência e mobilização, em todos os níveis de gestão pública.

Carga tributária, custos operacionais, estrutura urbana, mobilidade e manutenção dos poucos programas de apoio são lutas diárias para um setor que representa empregos, renda, manutenção das cidades, atração de divisas, atendimento a turistas e tantos outros benefícios.

E esses desafios esbarram no jogo político em todos os setores, desde a legislação de horários na cidade - uma demanda histórica da qual eu e a diretoria do Sincomercio participamos com força - até os programas federais de subsídios.

A cada momento é uma surpresa nova, um projeto novo com ameaça de cortes, uma pressão diferente.

Em meio a tudo isso tem o comércio de importados incentivado pelas vendas online, dificuldade de acessos, estacionamento, movimentação, segurança até as lojas.



E o consumidor vai encontrar o comerciante com custos com estoque, vitrine, gestão, contabilidade, impostos. Luz, água e equipes, entre outros compromissos.

O comércio impacta em ocupação urbana, em desenvolvimento, em qualidade de vida, em movimentação a outros negócios. E ainda assim é repetidamente maltratado pelo poder público.

É por isso que eu disse, com uma dose de orgulho e sem falsa modéstia, que uma contribuição importante por minha passagem pela Acim foi o fortalecimento na representatividade do comércio.

Ter voz, mais que um direito, é um compromisso. E com minha voz o comércio sempre vai poder contar.

Expediente

SINCOMÉRCIO **MARÍLIA**
Av. Carlos Gomes, 427 – Centro – Marília/SP
Tel. (14) 3402-4444
www.sincomerciomarilia.com.br

Presidente:

- Pedro Pavão

Vice-Presidente

- Eduardo Kiyoshi Kawakami

1º Secretário

- Jorge Luiz Claviço

2º Secretário

- Celso Olivier de Souza

1º Tesoureiro

- Paulo Querino da Paixão

2º Tesoureiro

- Vanderlei Souza Azevedo

Suplentes

- Flávio Felice Di Fiore Junior
- Webber Jo Ibara
- Wilson Mattar
- Jefferson Sanches Gravena
- Humberto Ferreira da Luz
- Flávio Felice Di Fiore

Conselho Fiscal

- Flávio Felice Di Fiore Junior
- Humberto Ferreira da Luz
- Webber Jo Ibara

Conselho Fiscal Suplente

- Wilson Mattar
- Celso Olivier de Souza
- Jefferson Sanches Gravena

Delegado FecomercioSP

- Pedro Pavão
- Eduardo Kiyoshi Kawakami

Delegado Suplente

- Paulo Querino da Paixão
- Vanderlei Souza Azevedo

Produção

Giro Marília com FecomércioSP e Agência Brasil

Jornalista Responsável

- Rogério Martinez

Contatos

(14) 99895-9292

RECONHECIDO

Pavão recebe homenagem por atuação na Acim

O presidente do Sindicato do Comercio Varejista de Marília e Região, Pedro Pavão, foi um dos homenageados na solenidade de posse da nova diretoria da Associação Comercial e de Inovação de Marília, lembrado por sua atuação como dirigente na entidade.

Pavão presidiu a Acim entre 1980 e 1987, em um mandato que acompanhou momentos marcantes do país e de muitas dificuldades na economia, mas destacou os avanços apesar de todos os desafios.

Lembrou apoio de diretores que desenvolveram o trabalho com



Marcelo Mantelli, Pedro Pavão e Carlos Francisco Bittencourt

ele e disse que um dos destaques foi o fortalecimento da associação em diferentes níveis.

“Presidi a Acim em momentos de transição em todas as áreas: de procedimentos, de tecnologia, de muita turbulência polí-

tica e econômica. E além de buscar a evolução administrativa também busquei o fortalecimento político da entidade”, disse Pavão.

Para ele, o resultado desta linha foi um empoderamento da entidade e do comér-

cio, que passaram a ter maior presença nos debates e nas principais decisões da cidade.

Além de Pavão, participaram da solenidade e foram homenageados os ex-presidentes Nelson Mora, Sergio Lopes Sobrinho, Daniel Alonso e Libanio Nunes.

Adriano Luiz Martins, que deixou o cargo para a posse de Carlos Francisco Bittencourt Jorge, também foi homenageado.

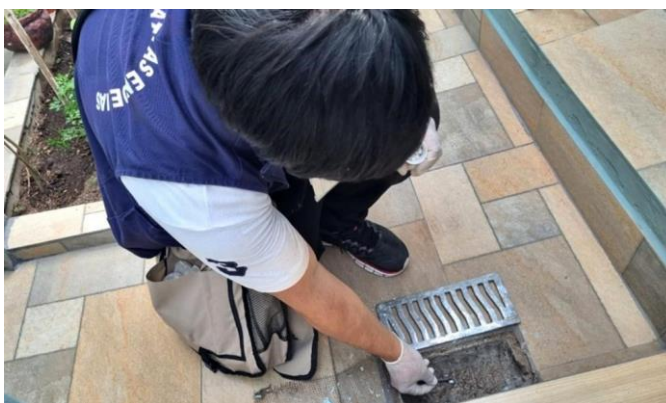
“Desejo muito sucesso à nova diretoria e podem contar sempre com o Sincomercio e nossa diretoria.”

Marília entra em emergência contra dengue; faça prevenção

A Prefeitura de Marília declarou situação de emergência por evolução da dengue na cidade, relata estado de epidemia e criou comitê de enfrentamento da doença e do Aedes aegypti, mosquito transmissor do vírus.

O decreto acompanha registro oficial 635 casos em pouco mais de um mês e em evolução rápida.

A condição de emergência autoriza



medidas administrativas que facilitam direcionamento de equipes e contratações.

Mas o controle envolve também a comunidade: evite for-

mação de criadouros do mosquito.

Cubra embalagens, produtos, móveis e outros materiais que podem acumular água e procure os serviços

de saúde caso apresente os sintomas e efeitos como febre, dor de cabeça prolongada, dores no corpo, vômitos e desidratação.

Adote medidas de prevenção como o uso de repelentes e de sistemas para controlar presença de mosquitos nos ambientes.

Equipes de vistoria da Saúde devem percorrer a cidade. Além de uniformes, eles usam documentos oficiais.

Microempresas podem regularizar seus débitos federais com até 70% de desconto

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, anunciou novas condições para transação de débitos por adesão, prevendo descontos que podem alcançar até 70% da dívida consolidada, especialmente para as empresas de pequeno porte e as microempresas.

A transação por adesão foi instituída por meio do Edital nº 01/2024 PGDAU e implica na confissão irrevogável e irretroatável dos débitos elegíveis e pode ser realizada por meio do Portal Regularize da PGFN, de 08.01.2024 até às 19h de 30.04.2024.

Os débitos passíveis de parcelamento nesta modalidade são aqueles inscritos na dívida ativa da União, mesmo que ajuizados ou objeto de parcelamento anterior e res-



cindido, cujo valor consolidado seja igual ou inferior a R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais).

O Edital prevê que os débitos inscritos em dívida ativa podem ser negociados mediante o pagamento de 6% de sua totalidade à título de entrada, pagos em até 06 prestações mensais e sucessivas, admitindo o parcelamento do restante em até 114 parcelas, admitindo a redução de até 100% do valor dos juros, das multas e do encargo legal, conforme a Capacidade de Pagamen-

to do contribuinte, observado o limite legal de até 65% sobre o valor total de cada inscrição.

As condições instituídas pelo Edital são ainda mais vantajosas para as **microempresas e as empresas de pequeno porte**, que possuem o prazo de parcelamento dilatado, admitindo-se o fracionamento da **entrada em até 12 prestações** mensais e sucessivas, e o restante em até **133 parcelas**.


O Edital também prevê que as inscrições com valor consolidado de até 60 salários míni-

mos, ou seja, débitos de pequeno valor, podem ser parcelados pelas E.P.P e as microempresas em até **55 prestações**, mediante o pagamento de 5% do valor consolidado das inscrições transacionadas, cujas condições também alcançam as inscrições de natureza previdenciária devidas por microempendedor individual.

O Sindicato do Comércio Varejista de Marília realiza a assessoria e consultoria jurídica trabalhista por meio de seu núcleo jurídico para seus associados.

Para melhores informações, consulte um especialista de sua confiança ou entre em contato com o sindicato por meio do telefone (14) 3402-4444.

Ana Karla de Melo é advogada tributarista, integrante da equipe de direito tributário do Escritório Marinho Advogados Associados.



Orientação Jurídica

Na dúvida, não custa nada consultar o Sincomércio Marília

Esclarecimento de dúvidas
Convenção Coletiva - REPIS - Assuntos Trabalhistas

EM DEFESA DO PERSE

Movimento do comércio defende incentivo para eventos

Um estudo realizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo mostra que, caso o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) seja encerrado, até R\$ 244 bilhões por ano deixarão de ser injetados na economia nacional.

Em uma nota estimativa, a Receita Federal apontou perdas tributárias entre R\$ 17 e R\$ 32 bilhões entre 2021 e 2023 – até 13% do valor que pode deixar de circular não apenas no turismo, mas em todos os setores.

A pesquisa indi-



ca, ainda, que, para cada R\$ 10 mil de faturamento a mais, o salário do trabalhador brasileiro pode aumentar R\$ 18,8.

O estudo foi apresentado em reunião do Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da CNC, na sede da Confederação, em Brasília.

Participaram empresários do setor, representantes das Federações do Comércio de todo o

País, bem como parlamentares que apoiam a causa. No encontro, as lideranças assinaram um manifesto entregue na Câmara dos Deputados.

O manifesto, o estudo e diversas outras informações estão no site portaldocomercio.org.br/perse.

Mais turismo, mais desenvolvimento e menos violência

Conforme os dados, antes da pandemia, o setor de turismo crescia em uma taxa próxima a 6% ao ano. Após a instituição do Perse, essa taxa saltou para 30%.

O estudo revela que, para cada 1% de aumento no valor adicionado pelo setor na economia, há o aumento de 0,9% no Produto Interno Bruto (PIB).

Para o presidente da CNC, José Roberto Tadros, o turismo pode ser um divisor de águas na melhoria das condições de vida.

“E a resposta certa, definitivamente, não é reduzir investimentos”, afirma.

Federação orienta cuidado com doenças ligadas ao trabalho

Uma [portaria do Ministério da Saúde, em vigor desde o fim de dezembro, atualizou a lista de doenças relacionadas ao trabalho](#).

Diante disso, é importante que o empresário entenda que a saúde mental é uma questão que tem ganhado destaque na relação de doenças, assim como o consumo de álcool (e dro-

gas) de forma excessiva.

“Algumas das doenças, inclusive, são multifatoriais, não se desenvolvem apenas no ambiente de trabalho”, enfatiza Leandro Almeida, assessor jurídico da FecomercioSP.

Esse é o tema do primeiro [FecomercioSP Orienta, programa mensal de debates](#) que reúne especialistas da assessoria técnica da Federação.

Governo anuncia retirada de reoneração da folha em MP

A reoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia deve sair da [medida provisória \(MP\) editada no fim do ano passado](#) e ser transferida para um projeto de lei com urgência constitucional.

O acordo foi selado após uma reunião de líderes da base aliada no Senado com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Os demais pontos continuarão a tramitar normalmente no Congresso.

No entanto, ainda não está decidido se o governo precisará editar uma nova MP revogando a atual ou se preservará o texto editado em dezembro, apenas com a retirada do trecho que prevê a reoneração gradual da folha a partir de abril. Haddad confirmou as informações

CONJUNTURA**CNC prevê avanço ‘modesto’ em vendas no ano**

A Confederação Nacional do Comércio projeta um avanço modesto nas vendas no varejo neste ano, com um crescimento estimado de 1,1% em comparação com 2023.

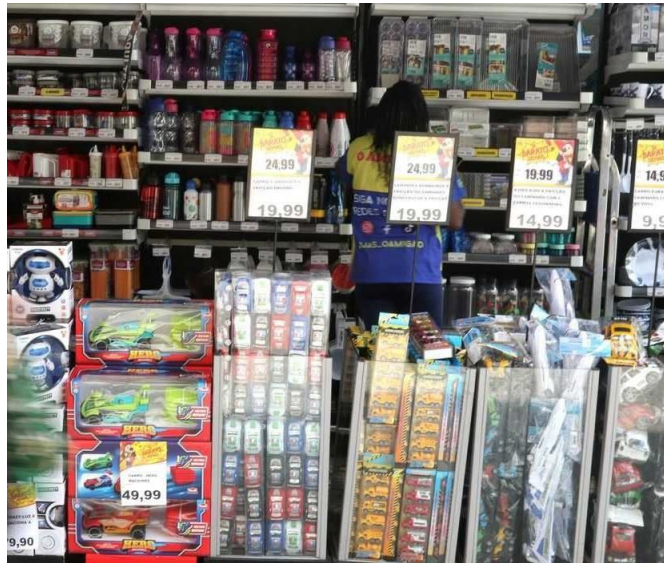
A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo IBGE (veja nesta página), indicou que o varejo cresceu 1,7% em 2023.

No entanto, essa taxa de crescimento ainda não alcançou os patamares observados antes de 2018, quando o setor registrava índices acima de 2%.

A CNC destaca a importância de políticas econômicas eficazes para estimular o crescimento sustentável.

“A redução gradual da taxa básica de juros, aliada à melhora das condições de consumo, pode impulsionar o setor, mas ainda enfrentamos obstáculos significativos, como o elevado endividamento das famílias”, ressalta o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

Em 2020, o crescimento do varejo foi de 1,2%. Em 2021, foi de 1,4% e, em 2022, o aumento foi de 1%.

**Pequenas têm 8 entre dez novos empregos no país**

Pesquisa feita pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) - apontou que as micro e pequenas empresas (MPE) responderam por oito em cada dez empregos criados na economia em 2023.

Os dados mostram que, do saldo de 1,48 milhão de novos empregos acumulado no ano passado, os pequenos negócios responderam por 1,18 milhão de novas vagas, o que corresponde a 80,1%.

Já as médias e grandes empresas (MGE) representaram 209,99 mil vagas, o equivalente a 14,2% do total.

Este é o terceiro ano seguido que as micro e pequenas empresas foram responsáveis pela maior parcela na geração de novos postos de trabalho no país.

Em 2023, o destaque ficou para o setor de serviço: 631 mil vagas. Entre as médias e grandes, o saldo foi de 181,87 mil empregos.

Vendas sobem 1,7% em 2023, diz levantamento do IBGE

As vendas do comércio varejista no país tiveram alta de 1,7% em 2023, percentual superior ao registrado no ano anterior, quando fechou em alta de 1%.

O resultado do ano foi positivo apesar da queda de 1,3% em dezembro.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), dezembro foi o “segundo resultado efetivamente negativo para 2023”.

Ficou ainda fora da faixa de variação entre menos 0,1% e menos 0,5%, e foi o de maior amplitude, após

a queda de 0,8% em maio, explica o IBGE.

O gerente da pesquisa, Cristiano Santos, observou que o resultado maior que em 2022 manteve a tendência de seis anos consecutivos de crescimento.

“Também setorialmente, falando em varejo ampliado, observamos uma disseminação de resultados positivos, com apenas quatro das 11 categorias no campo negativo”, disse.

Entre as 11 atividades pesquisadas sete fecharam o ano em elevação. Veículos e motos, partes e peças subiram 8,1% e foram os destaques.

ECONOMIA

Limite de faturamento no Simples emperra crescimento

A atualização dos limites de faturamento para enquadramento no Simples Nacional segue como uma das maiores demandas dos pequenos empresários.

A defasagem afetada, sobretudo, o empreendedor brasileiro que opta por não expandir mercado para não ter de enfrentar um sistema tributário muito burocrático, como é o caso de muitos Microempreendedores Individuais (MEIs).

Paralelamente, a inflação faz com que diversos negócios deixem de se enquadrar no regime do Simples — não porque cresceram, mas porque o limite



atual foi corroído pela inflação.

Como resultado, isso mantém o ambiente de negócios muito abaixo das capacidades de desenvolvimento e de geração de empregos.

Há anos, a FecomercioSP articula para que o Congresso aprove o Projeto de Lei Complementar (PLP)

108/2021, que aumenta esses limites.

A Entidade espera que este seja um dos temas prioritários da agenda parlamentar em 2024.

A FecomercioSP também aderiu ao movimento Atualiza Simples Nacional ao lado de quase 40 entidades dos Serviços e do Comércio.

O projeto visa atualizar os limites da receita anual com base na inflação oficial (IPCA), possibilitando ao microempreendedor contratar até dois funcionários, vejamos:

- do MEI, de R\$ 81 mil para R\$ 144.913,41;
- da Microempresa (ME), de R\$ 360 mil para R\$ 869.480,43;
- da Empresa de Pequeno Porte (EPP), de R\$ 4,8 milhões para R\$ 8.694.804,31.

Há um consenso de que a atualização vai gerar um reflexo positivo para impulsionar as empresas.

Redução da Selic é acerto, mas exige análise permanente

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de reduzir a taxa de juros em 0,5 ponto percentual (p.p.) foi acertada, na avaliação da FecomercioSP.

Segundo a Entidade, o anúncio foi uma resposta ao contexto atual da economia, no qual a redução da Selic pode estimular o crescimento econômico e fomentar o investimento,

além de facilitar o acesso ao crédito. Todos esses fatores são essenciais para a recuperação dos setores de Comércio e Serviços.

No entanto, apesar de o movimento indicar a busca por um equilíbrio entre o desenvolvimento e o controle da inflação, a Federação defende avaliação criteriosa das consequências da redução.

Evolução do PIX provoca transformação digital

Em mais um movimento para a transformação digital da economia, as instituições financeiras de todo o País deixaram de fazer transferências via Documento de Ordem de Crédito (DOC), tanto para pessoas físicas quanto para jurídicas.

Também estão descontinuadas as operações de Transferência Especial de Crédito

(TEC) feitas exclusivamente por empresas para pagamento de benefícios a funcionários.

As mudanças ocorrem em razão da queda no número de transações.

Essas modalidades de pagamento começaram a perder espaço com o lançamento do PIX, em novembro de 2020.

ENTREVISTA**Ministro defende 'pulsar' para incentivo a pequenos**

Os pequenos negócios do comércio têm um caminho árduo, mas alguns obstáculos ultrapassam, desequilibram o jogo e dificultam a vida de quem quer empreender e gerar emprego: falta de crédito barato, concorrência desleal com ambulantes, desconfiança estatal e a impossibilidade de expandir sem que isso venha com uma série de burocracia.

E as melhorias, quando chegam, caminham em uma velocidade muito mais lenta do que os entraves.

Segundo o ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França (PSB/SP), a defesa do pequeno empreendedor precisa de um "pulsar", e isso deve ganhar força agora que o ministério foi oficializado em lei.

"Mais do que nunca, o comerciante precisa ter facilidades. Essas empresas são responsáveis por 93% de tudo o que vemos de comércio na rua e de CNPJ no País, mas têm recebido atenção pequena ao longo dos anos. Na hora do financiamento, a taxa de juros é enorme, o que faz com que se en-



dividem. Metade dos Microempreendedores Individuais (MEIs) nem sequer consegue pagar a obrigação mensal. Está na hora de um ajuste, de se partir de um viés voltado ao pequeno empreendedor", afirma.

"O empreendedor brasileiro, o pequeno, agora tem uma porta para bater.

Na entrevista, França fala sobre a criação de um programa, ainda no começo deste ano, que ataca justamente a inadimplência, uma das principais queixas dos pequenos empreendedores.

"Os empresários querem um 'Desenrola PJ', semelhante ao que fizemos para as pessoas físicas. O ministro da Fazenda [Fernando Haddad] está muito

simpático a iniciar o ano com isso. O que queremos é que essas empresas [devedoras] estejam regularizadas para que possam entrar nas compras públicas com favorecimento", destaca.

E ainda reforça: "Temos uma inadimplência gigante. Mais de 80% das pequenas empresas estão com dívidas. Isso não é natural; são esses negócios que servem de porta de entrada para

o primeiro emprego".

Em entrevista ao **Canal UM BRASIL** — uma realização da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) —, o ministro enfatiza que a solução da inadimplência também passa pela acessibilidade justa ao crédito.

"A confiança é de que os juros se estabilizarão a um patamar mais baixo. Se o governo confia nisso, essa confiança também deve ser repassada ao pequeno empresário para que o crédito chegue a quem não tem", pondera França.

"Geralmente, são os micro e pequenos empresários que mais pagam regularmente, pois aquela é a única fonte [de crédito], e eles não podem perdê-la."

